

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05/11

Aos cinco dias do mês de novembro, na sala de reuniões do Condeca realizou-se a reunião ordinária presidida pelo Presidente em exercício ; Fabiano

Fabiano iniciou a reunião justificando a falta da secretária Neide que está impossibilitada de comparecer por razões médicas. A seguir colocou também que a Presidente Maria Perroni está em licença médica 01 a 31/10 e que não há nenhuma outra comunicação formal dando continuidade de sua licença, logo por força do regimento interno está assumindo hoje a Presidência. A seguir procedeu-se o levantamento dos conselheiros do poder governamental sendo 07 (sete) ao todo: Maria Cristina, Eduardo, Rodrigo, Cecília, Fabiano e Dra. Marina, Dr. Jordão.

A seguir procedeu-se a contagem dos conselheiros da Sociedade Civil, estando presentes os Conselheiros Titulares, Silvia, Oléia, David, Célia, Lenda, Simone, José Bernardo, Edson, Alex, Ulisses, na condição de titular, Milton, Luna, Alexandre, M. Cristina, Alderir (suplente mais votado).

São nove os titulares, mais Alderir (suplente).

A seguir passou a pauta da reunião que foi indicada e aprovada na reunião anterior do dia 26 de outubro, reunião extraordinária.

Como 1º item da pauta será aprovação das atas de 17/09 e 01/10.

Falou-se ainda que a secretária Neide disse que não poderia atender a confecção de todas as atas, sendo só as de 17/09 feita pela Conselheira Oléia e a ata de 01/10.

Alderir interferiu como esclarecimento que a necessidade de se aprovar a pauta é importante, mas que o documento elaborado pelo conselheiro Ulisses e Célia, que é sobre a moção de desagravo estará comprometida e que ele gostaria que não fosse alterada a pauta já aprovada na sua seqüência, que seria:

- análise do documento de desagravo,
- parecer que a comissão elaborou,
- composição da comissão de ética.

Silvia interfere dizendo que a aprovação das atas é inerente ao regimento e pede que seja constado em ata a não confecção de todas as atas pela secretária Neide e pergunta ainda porque a ata de 17 de setembro foi feita pela Conselheira Oléia.

Oléia explica que Silvia solicitou ajuda de Oléia na confecção das mesmas e Silvia pede que isso seja colocado também em ata e que a secretária geral repassou esta incumbência à Conselheira Oléia.

Fabiano diz que Oléia passa a ser a 1ª secretária e Alderir interfere e diz que está prejudicada a pauta, deixar-se-ia a leitura das atas para item 4 e os outros passariam como item 1.

1 – leitura do documento de desagravo.

2 – Leitura do trabalho da comissão;

3 – Formação da Comissão de ética e a leitura das atas de 17/09 e 01/10 fosse item 4.

A seguir Fabiano pediu que o Conselheiro Ulisses procedesse a leitura dos trabalhos da Comissão Especial designada pelo Condeca, composta pelos Conselheiros Rodrigo, Cíntia (Poder Governamental) Ulisses e Célia (Sociedade Civil).

A comissão recebeu a moção de desagravo no dia 15/10, enviada ao Condeca dia 05/10 pelos funcionários da Drads e Fórum Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Preliminarmente o documento foi dirigido indevidamente ao Condeca porque a moção de desagravo está relacionada a IV Conferência Estadual dos Direitos da Criança do Adolescente.

O documento tem inverdades, má fé e mentira porque o Fórum foi criado em Dezembro/2000 o que contrariou a Deliberação do Condeca de 21 de 13/11/2000, pois tinha regras e a entidade não poderia ser criada no mês 12.

O documento afirma que os trabalhos foram atrasados, culminados na prorrogação do prazo para o término da Conferência dia 08/10, o que não consta no regimento interno da Conferência, mas também não proibi



o adiamento. Para questões omissas a assembléia é soberana para tomar decisões, não justificando portanto as afirmações contidas nos parágrafos últimos das folhas 3 e 2º da da folha 4.

O parágrafo 4º da página 4 também não aponta falha da Comissão encarregada de organizar os trabalhos da Conferência e que os fatos de M Perrone pertencer ao Poder Governamental é uma mácula na sua participação do Condeca, como representante da sociedade Civil.

Conclui-se que é necessário que o Condeca:

- 1- Instale uma Comissão Especial que apure a acusação de manipulação e adulteração da lista de delegados e suplentes da IV Conferência Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente.
- 2- Que o Condeca delibere pela Instalação de Comissão de Ética para apuração da legalidade do mandato da Conselheira Perrone.
- 3- Que o documento conclusivo do Condeca sobre os trabalhos dessa comissão sejam enviados juntamente com a moção de desagravo ao Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, a DRADS, ao Fórum Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, ao Conanda, os CMDCA's e C.T do estado de São Paulo. O Conselheiro Rodrigo não esteve presente nos trabalhos desta Comissão alegando outros compromissos inadiáveis.

É necessário que haja debates em relação às propostas já apresentadas.

Irmã Célia pede que cada um dos pontos sejam encaminhados separadamente.

David discorda do encaminhamento feito pelo pessoal de Bauru, dizendo não haver adulteração nenhuma ao número de delegados, mas é favorável à instalação de uma comissão especial para apurar essas acusações.

A comissão especial será composta por David, Linda Simone, da Sociedade Civil, Eduardo e Beatriz, do Poder Governamental, ficando na presidência a Conselheira Simone.

A Comissão de Ética ficou composta por David, Silvio, Ulisses, Alex (Perrone) e Mariana

Alan diz não existir mais condições políticas por que infelizmente não há nenhuma conclusão dos fatos até então. Alan diz que é recomendável o afastamento de Perrone enquanto a comissão apure os fatos. Ulisses que independentemente do retorno de Perrone esta Comissão de ética deve sanar todas as dúvidas para que volte ao normal a vida deste Condeca, para que se preserve a confiança entre sociedade civil e poder público.

Esta Comissão deve ir até o fim, para que haja confiança no trabalho conjunto.

Rodrigo interfere dizendo que a discussão é sobre a legalidade do Fórum que elegeu ou não Maria Perrone. Silvio diz que a legalidade do mandato é desde o processo inicial, portanto desde a posse dos Conselheiros ou até mesmo antes da eleição.

Quanto ao item 3 Silvio acha que todas as secretarias devem receber o documento conclusivo, inclusive o governador.

Foram 15 votos pela aprovação das três propostas:

1 – Uma abstenção e uma ausência.

O Conselheiro David solicita: como ficou a publicação do manifesto do Condeca?



4

Sobre a compra do material para o Condeca como ficou. Porque há falta de computador. Prazo. Formalidade. Onde está o representante da Assembleia Legislativa porque o Condeca teve redução no orçamento para o próximo ano. Quanto as atas proponho que seja chamada uma reunião extraordinária para leitura e aprovação de todas as atas. Mario veio falar sobre as compras, sobre a publicação do manifesto no Diário Oficial do Estado. Quanto à supressão do item 4 retirar da pauta a aprovação das atas houveram 16 votos a favor e uma abstenção. Ulisses coloca a seguir uma preocupação a fim de que o Condeca verifique se há Conselheiros nesta gestão, que cobram assessoria nos municípios. Alderir acha que esta solicitação deve fazer parte da pauta da próxima reunião. Cristina acha que o Condeca mais parece uma luta de Box. Fabiano acha que este mal estar é de todos e Fabiano faz uma proposta de intervalo para o almoço, retornando às 13:45 horas. Recebi da secretária do Condeca um documento da Actesp assinados por Maria Izabel solicitando dois ônibus para o Congresso de Conselhos Tutelares em Brasília no período de 14 a 18/11, sendo mais ou menos 80 Conselheiros que representarão o Estado de São Paulo em Brasília. Para tanto será um marco histórico na luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. O tema do Congresso é responsabilidade social na garantia dos direitos. Os eixos são:

- 1 - Ação dos Conselhos Tutelares nas políticas nacionais;
- 2 - Implantação dos Conselhos Tutelares;
- 3 - Ações de procedimentos de Conselhos Tutelares;
- 4 - Articulação Nacional dos Conselhos Tutelares.

Fez uso da palavra Teca de Paulínia que justificou sendo o Estado de São Paulo o carro chefe da importância do evento. Falou da resistência das prefeituras na ajuda aos Conselhos Tutelares. A Actesp solicita do Condeca a colaboração para este evento Nacional. O Condeca solicitou orçamento sendo 3000, a 3.500 cada ônibus. Fabiano acha que irá inserir a solicitação na primeira reunião posterior à plenária. Alderir interfere dizendo estar na pauta a Quarta Conferência e se houver condições orgânicas deve ser contemplado também o Conselho Tutelar. Localizar ônibus de Rio Preto trará problemas, pois a empresa terá que Ter cadastro no Condeca. As Conselheiras Oleia, Cristina, Silvia e Alan ajudarão na solução do problema, com a colaboração de Rodrigo. O item 2 da pauta é assessoria técnica do Condeca na análise dos projetos do município. Foram analisadas a proposta da Fundap e GENPEC. Houve solicitação do Condeca para apresentação de um projeto de assessoramento técnico ao Conselho para análise dos projetos apresentados este ano.



Seus projetos estavam de acordo com a metodologia do ECA e se contempla os eixos temáticos da deliberação do Condeca. Da Fundap recebemos as propostas por escrito no valor de R\$ 53.000,00.

O CENPEC afirmou a importância da aproximação dele mesmo ao Condeca, mas que não há tempo hábil para esta análise. O Condeca já iniciou trabalho de análise dos projetos. É preciso trabalhar para que o empenho saia em tempo hábil.

Esperamos que haja colaboração dos Conselheiros. O Condeca não pode perder este dinheiro, Alex diz que a verba deve ser alocada a conta do Fundo do Condeca.

Mario diz que o empenho é feito com o CGC das prefeituras, Silvia diz ser o orçamento da Fundap totalmente fora dos padrões. Célia diz que o Conselheiro não tem a função de analisar projetos e que o Condeca tem que definir critérios de gestão de fundos na análise dos projetos. Ulisses diz que a discussão a respeito de fundo e projetos se faz a toque de caixa há sete anos e que aqui não se respeita a lei 1420 que regulamenta o fundo. O Conselheiro não pode assumir o papel de analista de projetos. Este Conselho está se confundindo com o Conselho de assistência social.

Rodrigo acha que a comissão de fundos tem um trabalho árduo, mas muito importante, uma vez inviabilizado a proposta do Fundap. É preciso que os Conselheiros não fiquem no discurso de lamentações, mais que se juntem à Comissão de Fundos na montagem de uma força tarefa para se debruçar sobre os projetos tentando viabilizar os recursos para os projetos. Alex diz que já foi feita análise institucional e que agora é só analisar o mérito dos projetos.

Rodrigo acha importante que houvesse a supervisão de aplicação dos recursos na execução dos projetos. Ulisses acha que o ideal será examinar todos aprová-los dar 1 voto de confiança a todos e que todos sejam beneficiados pois não há tempo hábil.

Alam acha todas as gestões do Condeca se assimila ao câncer e que agora já virou metástase. Diz faltar neste conselho um diagnóstico na violação dos direitos, lembrando que as políticas básicas sejam dos municípios. É preciso que o Condeca capacite C.M.D.C.As., C.T.s, e se não promove essas ações não tem como controlá-las, não tem diagnóstico. Daí a importância do Sipia como solução estratégica para que este conselho tenha ação controladora.

O Sipia tem dados oficiais para auxiliar o Condeca. O ponto de vista pedagógica o Condeca passa a Ter papel de cartório de aprovação de projetos. Para garantir seu quinhão, sua verba, os municípios fazem de tudo. O que fazer então? Estamos diante de um problema sério. Que papel estamos fazendo.

Existe uma deliberação, houve a entrega de projetos, existe a análise institucional dos projetos, já estão mandando officio aos municípios do que está faltando.



É judiação perder esse dinheiro.

É preciso que façamos análise dos mesmos.

Célia se coloca a disposição para analisa-los, concorda que se possa distribuir os projetos aos conselheiros e se discuta uma equipe técnica para nos auxiliar.

Distribuir os projetos concomitantemente com capacitação dos conselhos.

Cecília acha que no momento a proposta de assessoria deve ser feito, mais o que devemos fazer mesmo e pegar os processos e estando de acordo com o Eca aprová-los.

Silvia não se disporá na análise dos projetos, mas que tomemos cuidados em não aprovar projetos que não estão de acordo com o ECA, por exemplo: as guardas Mirins.

Que se invista nos CMDCA's.

Alderir acha que temos a definir bem o que é este Conselho, para que serve, qual será sua função. Até agora não está claro os papéis, mas até o final do ano temos que receber capacitação para isso. Alex afirma que a proposta de Ulisses é o que vai acabar acontecendo. Precisamos ver os casos esdrúxulos e devemos repassar todos para não cair nesse erro. Rodrigo acha que a comissão de fundos se responsabiliza para avaliar o mérito dos projetos até a próxima reunião ordinária em dezembro. Que se evite as discrepâncias e se respeite a deliberação do Condeca e que se faça oficina de planejamento em dezembro.

Fabiano diz ter recebido alguns nomes como, Roberto Rezende pela Silvia nos dias 14, 15 e 16/12 (1/2 período) Fabiano pede sugestão de local e que deve ser fora da capital, ideal será alojamento, Rodrigo virá junto ao Ministério do Trabalho no interior, Salesianos.

Local para titulares e suplentes. Ex. Cesp de Botucatu, Campos de Jordão.

Devemos chamar assessoria externa, levantar elementos importantes ao CONDECA.

Passamos ao item final que diz respeito às faltas dos Conselheiros das Sociedade Civil do Poder Público.

Este ano o número de reuniões extraordinária foi muito grande.

Às vezes a gente recebe convocações no final da Sexta-feira para reunião na Segunda-feira.

Quando se trata de reuniões ordinárias tudo bem, já existe agenda prévia. A secretária já tem as faltas de todos os Conselheiros. A seguir foi dado 01 processo de Guarulhos para o Conselheiro Rodrigo e o de Barrinha para a Conselheira Beatriz para Análise.

A seguir estabeleceu-se a pauta para a reunião extraordinária, ficando para o dia 26/11 a reunião extraordinária.

A pauta:

01 – aprovação das atas de 17/09 – 15/10 e 16/10 e 05/11, sendo a do dia 05/11 a primeira.

02 – Informes da comissão de ética sobre Balota e Maria Perrone.

03 – Comissão Especial de hoje

04 – Informes sobre a Quarta conferência nacional;

05 – Votação dos pareceres apresentados;



06 – Discussão dos critérios de justificação das ausências dos Conselheiros.

Fabiano termina a reunião dizendo que teremos reunião dos delegados eleitos para a Quarta Conferência Nacional, no espaço da cidadania na Secretaria da Justiça amanhã dia 06/11 às 09:00.

